

**PERSPECTIVA PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL: UM BREVE  
OLHAR SOBRE A PROPOSTA DA TRAMA VERDE E AZUL NAS  
EXPERIÊNCIAS DA REGIÃO DE NOR-PAS-DE-CALAIS NA FRANÇA E  
DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, NO BRASIL.**

Raquel Henrique  
Planejamento Urbano e Regional (PLUR), Universidade do Vale do Paraíba  
kellhenrique@gmail.com

Prof. Dr. Maria Angélica Toniolo  
PLUR Universidade do Vale do Paraíba  
angélica.toniolo@univap.br

Cilene Gomes  
PLUR Universidade do Vale do Paraíba  
cilenegs@univap.br

**RESUMO:**

Aborda-se aqui proposições e experiências de implantação e apropriação da ferramenta de ordenamento territorial conhecida como Trama Verde e Azul, em sua elaboração na França, na região de Nord-Pas-de-Calais, e adotada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, com o propósito de ressaltar o caráter inovador da proposta, apresentar as similaridades e particularidades, para contribuir na reflexão sobre os desafios e perspectivas para futuras reinterpretções e aplicações. O objetivo é identificar o caráter inovador da Trama, como funcionou nas duas experiências e quais os desafios para seu uso futuro. Visa-se contribuir para fundamentar a construção de outra lógica de planejamento que considere as relações entre as questões ambientais, urbanas e sociais como condição para o enfrentamento dos desafios impostos pelo atual nexu urbano-metropolitano, orientado pelas racionalidades da globalização econômica.

Palavras-chave: Trama Verde Azul; Nor-Pas-de-Calais; Região Metropolitana de Belo Horizonte.

GT – “2”: “Metrópole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea”

## 1 INTRODUÇÃO

Na busca de pensar sobre os novos rumos do Planejamento Territorial, tomou-se como ponto de partida, neste artigo, a identificação de um modelo de planejamento que considera a necessária superação dos grandes desafios de ordem social, urbana e ambiental no contexto das dinâmicas espaciais contemporâneas, hoje indissociáveis das lógicas e processos de metropolização (LENCIONI, 2017). Deste modo, aborda-se aqui as proposições e experiências de implantação e apropriação da ferramenta de ordenamento territorial conhecida como Trama Verde e Azul, originalmente concebida e aplicada na França, na região de Nord-Pas-de-Calais, e adotada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e do macrozoneamento, com o propósito de ressaltar o caráter inovador da proposta, apresentar as similaridades e particularidades a partir dos dois casos em estudo e refletir sobre os desafios e perspectivas para futuras reinterpretações e aplicações da ferramenta.

Identificada a necessidade de melhor compreender as relações entre a questão ambiental e a questão social e urbana, para o trabalho analítico da complexa organização espacial da atualidade, em suas múltiplas dimensões e escalas, e em decorrência dos processos de crescimento econômico, este ensaio realiza uma breve revisão teórico-metodológica, engajada em ressaltar a importância do fortalecimento do uso de novas práticas de planejamento territorial, aqui em específico na escala de Regiões Metropolitanas (RM). Visa-se contribuir para o reconhecimento de fundamentos para a construção de outra lógica de planejamento regional que considere as relações entre as referidas questões como condição para o enfrentamento dos desafios impostos pelo atual nexos urbano-metropolitano, orientado pelas racionalidades da globalização econômica.

Embora sejam incomensuráveis e inenarráveis as consequências da atual lógica de organização do espaço urbano e metropolitano, com aspectos tanto positivos quanto negativos, destacam-se as estruturas urbanas que resultam do modo de produção hegemônica do espaço e que, em detrimento de uma integração mais harmônica com as dinâmicas do meio natural, reproduzem e propagam um modelo exclusivista de apropriação territorial e transformação das paisagens, ocasionando e agravando as desigualdades sociais e diversos processos de degradação ambiental.

Para o enfrentamento da crescente complexidade socioterritorial na qual se inserem as realidades do espaço urbano-metropolitano, a partir dos novos preceitos constitucionais de criação

de regiões metropolitanas (pelos estados) e diante da proliferação de regiões metropolitanas, um novo instrumento de regulação para o planejamento metropolitano torna-se vigente a partir de 2015: o Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13089/2015), que dispõe sobre o planejamento, gestão e execução das funções públicas de interesse comum, e estabelece normas gerais, dentre outras, para a governança interfederativa e a elaboração do PDUI. Neste contexto, a concepção e experiência da Trama Verde e Azul, em apoio ao planejamento de RMs, torna-se um objeto de estudo que pode lançar luzes para pensar a superação dos atuais desafios do planejamento regional, considerando os eixos norteadores das ações que se apresentam, para além da dimensão econômica, integrando as dimensões ambiental e cultural, e no caso da RMBH, mais a dimensão urbana.

O objetivo do artigo é identificar o caráter inovador da Trama, como ela funcionou nas duas experiências e quais os desafios para o uso futuro deste modelo de planejamento regional. Nesse sentido, o documento se estrutura, a partir de uma perspectiva metodológica de revisão bibliográfica, em uma discussão sobre o espaço urbano e sua complexidade para ações de planejamento, apresentando em seguida as experiências da Trama Verde e Azul francesa e brasileira, e por fim, buscando identificar oportunidades e desafios nas duas experiências e possibilidades de reapropriação deste modelo em outros contextos de RMs.

## **2 O ESPAÇO URBANO E SUA COMPLEXIDADE DE PLANEJAMENTO.**

O espaço urbano é por natureza um centro de complexidade social, de aglomeração de indivíduos, de serviços, formas, funções e processos que neste se estabelecem e se centralizam. Ele é por excelência paisagem natural transformada pelo homem através de seu conjunto de técnicas, e assim a natureza transformada artificializa o espaço com as próteses do urbano (SANTOS, 2004). Seguindo uma lógica de organização e desenvolvimento evidentemente voltada a fomentar a promoção econômica, o espaço urbano toma um caráter de capital comercial, sendo redefinido por e a partir da lógica econômica dominante, atendendo a um dado momento e interesse (OLIVEIRA, 1982).

Deste modo, é no espaço urbano onde esta lógica capitalista se apresenta com maior pujança, sendo mais evidente a identificação das contradições: ao mesmo tempo que se torna a sede do capital, do Estado e da burocracia (OLIVEIRA, 1982), centraliza os aglomerados populacionais, a desigualdade social, a pobreza, a degradação ambiental.

As cidades são hoje a principal forma de ocupação humana, o que implica em alta complexidade para dar conta de serviços e estruturas coletivas, em projetar e planejar as cidades para que esta funcione de forma harmônica e integrada ao meio ambiente, pois, sim, o espaço urbano a priori é uma paisagem natural que foi transformada, possui elementos naturais como rios e áreas verdes, além de estar sujeita à mesma dinâmica natural de todas as áreas, como o regime de chuvas e a dinâmica atmosférica.

No Brasil, foi na virada da década de 60 para 70 que a maior parte da população do país passa a residir no espaço urbano, sendo que de 1950 a 2000 a população urbana aumentou 633,4% (GIRARDI, 2019). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2015), cerca de 85% da população brasileira vivem em áreas urbanas, para 15% de brasileiros em áreas rurais. As consequências do rápido processo de urbanização da população brasileira podem ser observadas pela cidade informal, o crescimento do espaço urbano desordenado, a sobrecarga no consumo dos serviços naturais, a precarização das condições de vida social, entre outros.

Esta forma urbana de ocupação, predominante na população brasileira, exige propostas de planejamento que visem superar apenas a dimensão econômica, considerando a dimensão ambiental e social, ou socioambiental, como o centro do debate. E é justamente no urbano onde a presença do Estado torna-se mais evidente, funcionando este como o regulador da vida urbana (OLIVEIRA, 1982).

Com o crescimento do espaço urbano e o avanço da complexidade nos arranjos entre eles, tornou-se necessário propor um planejamento regional, que discuta propostas de desenvolvimento para grandes aglomerados urbanos contínuos ou virtualmente contínuos, na escala metropolitana.

Os resultados das Políticas para expansão da circulação de mercadorias, ampliação da rede rodoviária, crescimento demográfico, migrações, interiorização da urbanização ao redor das principais cidades evidenciou a região mais concentrada no país, São Paulo (GOMES et al 2019). Foi na década de 60 que iniciaram os estudos e delimitações das regiões metropolitanas no Brasil, a partir do Grupo de Áreas Metropolitanas do IBGE (FAISSOL et al. 1969). E assim o governo militar na década de 70 cria as 9 primeiras Regiões Metropolitanas do país: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém (BRASIL, 1973) e Rio de Janeiro (BRASIL, 1974).

Este Planejamento Metropolitano que surgia na década de 70 tinha como principal objetivo a perspectiva econômica, sob uma forte influência funcionalista, colonialista e centralizadora, com ênfase no saber técnico e em produtos como planos e projetos, um conjunto de técnicas acríicas

transplantadas dos países do Norte em detrimento dos saberes e práticas locais, oriundos da urbanização periférica marcada pela informalidade (COSTA et al., 2018).

A década de 80 marca uma tentativa de superação para um planejamento participativo, com a ideia de reforma urbana com centro na função social da propriedade, inclusão social e ampliação da cidadania (COSTA, et al., 2018).

A Constituição de 1988 traz um marco sob esta questão por facultar aos Estados a instituição de uma região metropolitana. Maricato (2000) coloca que, apesar do esforço em construir um aparato regulatório sofisticado, desde a CF de 88, as limitações de articulações entre estas políticas são várias, o que coloca toda esta lógica regulatória com baixa efetividade.

Fato é que, dado a urgência em responder às dinâmicas sociais e ambientais contemporâneas, há um esforço em se tentar promover uma lógica participativa e mais democrática frente às experiências de planejamento tradicional. Este esforço vai contra o modo operante do mercado que intervêm no espaço urbano e contribui para criar/reforçar as desigualdades e exclusão. Neste caso, o Estado busca uma conciliação de interesses, que nem sempre favorece a justiça social e a proteção ambiental em detrimento do fortalecimento de alianças com o capital (COSTA et. al, 2018).

O crescimento das cidades, as redes e aglomerações urbanas bem como a região metropolitana são resultados de processos sociais, um fato político-institucional e apresentam o desafio de se pensar em um planejamento metropolitano que possa trazer para o cerne a articulação entre a dimensão ambiental e urbana, que em muitos casos tem sido tratada de forma polarizada. A atual crise, tanto social quanto ambiental supramencionado, exige que proponha uma outra lógica de organização do território urbano articulado para além da dimensão econômica, mas também ambiental e de justiça social.

Algumas experiências de ações e políticas no mundo vêm sendo colocadas no debate como outra possibilidade de ordenamento territorial, sobretudo a partir da década de 60 (OLIVEIRA e COSTA, 2018;).

Cabe aos interessados no exercício de se buscar novas lógicas de planejamento metropolitano realizar a leitura destas experiências de políticas que abordam os espaços urbanos para além dos interesses do mercado, trazendo estas experiências de forma crítica para outras abordagens da organização da sociedade urbana brasileira.

Parte-se agora neste ensaio de revisão teórica trazer a experiência francesa com uma política de reconversão territorial, ao norte de seu território, na região de Nord-Pas-de-Calais,

intitulada Trama Verde e Azul para a análise de novas lógicas de planejamento, que buscam articular a organização do espaço urbano com a dimensão ambiental.

Em seguida, discorre-se brevemente sobre a experiência da aplicação desta metodologia de planejamento regional Trama Verde e Azul no Brasil, analisando seu uso na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Por fim pontua-se alguns desafios e potencialidades para o uso desta metodologia como alternativa à lógica de planejamento territorial cujo cerne das decisões é a dimensão econômica, que ainda aborda de forma dissociada as diretrizes para o espaço urbano e ambiental.

### **3 A EXPERIÊNCIA DA TRAMA VERDE DE NOR-PAS-DE-CALAIS NA FRANÇA**

A região de Nor-Pas-De-Calais é uma bacia minerária ao norte da França, cuja exploração de carvão para a indústria têxtil remonta a 1720, sendo o início de seu declínio a partir de 1970 (GOMES, 2013). Além da transformação do espaço agrícola com a exploração das minas de carvão, surgiram várias vilas operárias para abrigar a mão-de-obra trabalhadora. O declínio desta atividade econômica afetaria, então, diretamente a organização socioespacial (GOMES, 2013).

Quando a última mina de carvão foi encerrada em Nord-Pas-de-Calais, a bacia contava com um considerável passivo ambiental, grandes pilhas de rejeito mineral espalhados pelo território, afundamento geológico, solos e água poluídos (OLIVEIRA e COSTA, 2018). O tecido urbano monofuncional, auxiliar da atividade minerária, também entrou em declínio, resultando em altas taxas de desemprego, baixa renda e dependência de sistemas de redistribuição de renda (OLIVEIRA e COSTA, 2018).

Como apresentam Oliveira e Costa (2018), já na década de 70 a região foi considerada de intervenção prioritária para as políticas de reconversão territorial, sendo as primeiras tentativas de requalificação a atração de indústrias automobilísticas. Foi a partir da década de 80 que esta política de reconversão territorial, baseada em projetos setoriais de indústria, foi contraposta por projetos territoriais mais abrangentes, incluindo outros agentes regionais e, devido ao reconhecimento do potencial mercado consumidor existente na região, intensificaram-se os projetos estrangeiros para o re-desenvolvimento da região (OLIVEIRA e COSTA, 2018).

Com o incremento das discussões sobre desenvolvimento sustentável na década de 90, esta reconversão econômica na região atrelou-se às dimensões sociais e ambientais (OLIVEIRA e COSTA, 2018). Assim, os projetos de reconversão territorial passaram a considerar a dimensão

cultural como instrumento para promover uma valorização e espetacularização urbana e, assim, proporcionar à cidade mais recursos e vantagens competitivas, uma tendência do período de globalização neoliberal (JACQUES, 2003). Por este meio os lugares apelam para a valorização de suas singularidades como forma de atração de capital e pessoas.

Inserido no movimento de buscar uma proposta de reconversão territorial mais alinhada às perspectivas do desenvolvimento sustentável, o governo regional cria a Conferência Permanente de Bassin Minier como um espaço democrático para maior participação social e a ferramenta de planejamento territorial e desenvolvimento Mission Bassin Miner, cujo foco é facilitar a articulação de diferentes atores e promover uma visão global sobre o território da bacia minerária (OLIVEIRA e COSTA, 2018).

O Mission Bassin Minier foi criado como uma ferramenta para promover uma reestruturação urbana, social, econômica e ecológica da região francesa minerária, atuando como uma assistência técnica em temáticas que abordam desde urbanismo sustentável, patrimônio, grandes projetos estruturais quanto na observação socioeconômica, sobre a mobilidade, o meio ambiente, a Trama Verde e Azul, planos e programas metropolitanos e promoção do território. Um dos principais eixos de trabalho do Mission Bassin Miner foi constituir a então Trama Verde, assim chamada a princípio em 2003, cujo objetivo era reconquistar a paisagem e os espaços industriais, bem como realizar uma gestão sustentável, com destaque para o desenvolvimento de lazeres e esporte na natureza e o ordenamento territorial (OLIVEIRA e COSTA, 2018). Uma das conquistas deste instrumento foi a inscrição desta região como patrimônio mundial da UNESCO em 2012.

A proposta final da Trama Verde e Azul do Bassin Minier é apresentada em 2010, pontuando agora de forma mais específica as áreas, como os espaços de natureza, polos de lazer, os corredores ecológicos e os itinerários de mobilidade. Nesta lógica do desenvolvimento sustentável, esta trama apresenta uma tripla preocupação: com o desenvolvimento ecológico e paisagístico, com a educação ambiental e o desenvolvimento do lazer (MBM, 2019).

A então Trama Verde e Azul visava inverter a lógica de degradação ambiental local, sendo uma ferramenta para o ordenamento territorial em diferentes escalas, contribuindo para estruturar a urbanização e tornar os territórios mais competitivos e atraentes (MBM, 2019). Atende ao que se dispõe através do acompanhamento do desenvolvimento urbano controlado; identificação de áreas de biodiversidade relevante, sendo os recursos hídricos de atenção prioritária; e apoiando a criação de centros de lazer em uma articulação em rede, destacando o patrimônio cultural e natural para atração da oferta turística (MBM, 2019).

Tal Trama funciona a partir da classificação das áreas, observando seu potencial de paisagem, ecológico, recursos hídricos e recreativo, definindo em três espaços: os polos, as conexões e as zonas tampão (MBM, 2019). A Trama foi elaborada a partir de concepções conservacionistas, com uso de conceitos da Ecologia da Paisagem para a base dos modelos territoriais de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA e COSTA, 2018).

Assim, esta trama é composta por “espaço de natureza”, corredores ecológicos e zonas tampão. Os “espaços de natureza” são considerados polos dado sua representatividade em biodiversidade, relacionado a concepção de “fragmentos” ou “mancha” verde na ecologia da paisagem (OLIVEIRA e COSTA, 2018), correspondem a locais de particular biodiversidade, de paisagem ou lazer (MBM, 2019). Os corredores ecológicos exercendo a estruturação da trama em si e realizando as conexões de fauna, flora e humana (MBM, 2019). Por fim as zonas tampão que consistem em áreas agrícolas ou naturais de limites imprecisos com potencial de atingir objetivos específicos como paisagístico, econômico e ecológico, como por exemplo afirmar a atividade agrícola próximas as cidades (OLIVEIRA e COSTA, 2018; MBM, 2019).

Apesar da Bacia Minerária de Nor-Pas-de-Calais não ser definida como uma região administrativa, a proposta da Trama Verde e Azul apresenta-se como uma ferramenta de orientação ao planejamento em uma escala regional, não possuindo então um valor de lei, mas sim de diretrizes que devem servir de orientação para o planejamento nas escalas departamentais e municipais (OLIVEIRA, COSTA, 2018).

#### **4 A TRAMA VERDE E AZUL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Na experiência brasileira, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) foi pioneira em propor esta nova abordagem de planejamento do território, a Trama Verde e Azul, com base na experiência em Nord-Pas-de-Calais, de forma institucionalizada (MARTINS, 2015). Assim, o Plano de Macrozoneamento da RMBH, a partir das dimensões físico-ambiental, sociocultural, seguridade socioambiental e mobilidade, busca integrar população, proteção ambiental e patrimônio cultural a partir de ações como: recuperação das áreas de proteção; aumento das áreas verdes urbanas; redução dos riscos e impactos provenientes da ação antrópica; incentivo a atividades alternativas; multimodalidades de transporte; proteção do patrimônio ambiental, cultural e histórico (MARTINS, 2015).

A RMBH, criada legalmente em 1973 como uma tentativa de continuar o modelo do “milagre econômico”, é a terceira RM mais populosa do país, constituída por 34 municípios de condições socioeconômicas e territoriais extremamente desiguais (OLIVEIRA e COSTA, 2018).

A RMBH, de sua criação até o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), atraiu majoritariamente projetos e planos cujo cerne estava na dimensão meramente econômica, promovendo um processo de industrialização, principalmente do setor minerário, grandes obras viárias e conseqüente crescimento da especulação imobiliária (OLIVEIRA e COSTA, 2018). Tais realizações na RMBH, diante da escassez de recursos, conformaram uma realidade metropolitana bastante desigual, com fortes processos de periferização (OLIVEIRA e COSTA, 2018).

O PDDI da RMBH foi elaborado em 2011 e contou com o ineditismo no Brasil por ser elaborado sob responsabilidade direta de instituições de ensino superior, a Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Minas Gerais e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (EUCLYDES, 2016).

Como apresenta Costa et. al. (2018), a referência à experiência francesa para a elaboração da trama na realidade da RMBH ocorreu de forma democrática e crítica, motivada por um acordo de cooperação existente desde 2009 entre Minas Gerais e a região de Nord-Pas-de-Calais, fruto de um esforço em se pensar sobre territórios historicamente minerários. Foi a partir de 2012, quando as universidades destas duas regiões estabeleceram projetos de cooperação, que pesquisadores da UFMG tiveram contato com a Trama Verde e Azul de Nord-Pas-de-Calais para se inspirar na criação da trama brasileira (COSTA et. al., 2018).

O PDDI foi construído a partir de uma orientação crítica e transdisciplinar, participativa e experimental-processual (TONUCCI FILHO e MONTE-MOR, 2013), como na inovação de espaços de informação integrados em redes, os Lugares de Urbanidade Metropolitana (LUMEs), possibilitando uma interação entre diversos atores metropolitanos, mediando a busca por soluções “socialmente legitimáveis e viáveis” (MONTE-MÓR, 2012).

No sentido da construção de uma cidadania metropolitana e um novo papel para a macrorregião, foi perseguida a ideia de inversão de prioridades, no sentido de fortalecer as periferias, o re-envolvimento do saber local e a valorização da identidade (MONTE-MOR, 2012).

O PDDI da RMBH já incorporava a dimensão ambiental em suas propostas de ordenamento territorial, mas é no Macrozoneamento que a Trama Verde e Azul se integra como elemento articulador do espaço regional (OLIVEIRA e COSTA, 2018). Euclides (2016) coloca que tal proposta de Macrozoneamento pode ser tratada como um exercício utópico experimental

pela busca do aprimoramento das concepções tradicionais de áreas verdes e protegidas tanto como na construção de um urbano, buscando superar a dicotomia entre planejamento ambiental e urbano.

A Trama Verde e Azul é concebida como um instrumento de organização territorial, mobilização social e participação política, oferecendo para além da possibilidade de materialização do território pela regulação do uso do solo, uma expressão simbólica e potencial de envolvimento de interessados nas questões ambientais (UFMG, 2014).

Apesar da forte base teórica e conceitual que a construção do PDDI e Macrozoneamento da RMBH adquiriu, as autoras Oliveira e Costa (2018) apresentam que a trama mineira teve perda de sua potência inovadora, assumindo uma feição mais conservadora.

Tal perda de caráter inovador da Trama pelas diretrizes para um outro ordenamento urbano-metropolitano no Plano de Macrozoneamento da RMBH deve-se a alguns fatores que são apontados pelas autoras Oliveira e Costa (2018) como a retração do curto prazo contratual, apesar do ineditismo da construção participativa e um grande envolvimento entre universidade e comunidades, a construção do PDDUI e Macro Zoneamento possuía um cronograma de entregas pré-estabelecido.

Outro fator consistiu na restrição quanto à escala do projeto, o qual não dava conta de incorporar as experiências e espacialidades locais, no sentido de conciliar os interesses regionais aos locais (OLIVEIRA e COSTA, 2018). Neste sentido, a opção metodológica foi adotar a escolha das áreas nas quais havia uma sobreposição dos interesses regionais, como nas Zonas de Interesse Metropolitano e as Áreas de Interesse Metropolitano (OLIVEIRA e COSTA, 2018).

Outra informação relevante para uma melhor leitura sobre este plano é que, dado a complexidade de levantar informações e articular a região de 34 municípios, o mesmo foi trabalhado por zonas definidas como “interesse metropolitano” e grupos de trabalhos (GT), o que condicionou o detalhamento de cada zona ao perfil dos participantes envolvidos no GT e a composição dos dados obtidos (OLIVEIRA e COSTA, 2016). Assim, as autoras colocam que os tramos da trama se tornaram bem diversos, sendo livre na metodologia de propostas dentro de cada “zona de interesse metropolitano”, tornando-se, assim, singular dado o processo de elaboração de diferentes grupos (OLIVEIRA e COSTA, 2018).

As autoras ainda mencionam a sentida perda conceitual que a proposta da Trama Verde e Azul apresenta, como por exemplo por não considerar as Unidades de Conservação de Uso Sustentável (OLIVEIRA e COSTA, 2018). Apontam também para a falta de proposta de ferrovias, ciclovias e outras redes alternativas de transporte, que configuram no Plano Metropolitano

(OLIVEIRA e COSTA, 2018). A incompletude das informações das práticas agrícolas espacializadas também afetou na proposta conceitual sobre o papel da agricultura nesta “proposta mínima” (OLIVEIRA e COSTA, 2018).

Por outro lado, as autoras apresentam que todo este processo desenvolveu um importante amadurecimento e ampliação conceitual, abordando questões hídricas e de áreas protegidas, relacionando as questões de acesso à terra, à moradia, à cultura, à economia social e solidária, à agricultura urbana e ecológica, entre outros (OLIVEIRA e COSTA, 2018). As autoras ainda abordam que o caráter inovador da Trama é retomado, na escala local, em sua contribuição nas revisões dos planos diretores municipais, ao aporte que a Trama trás para potencializar a emancipação e a identidade municipal (OLIVEIRA e COSTA, 2018).

Na proposta da RMBH, nota-se, teórica e conceitualmente, um esforço em superar a clássica dicotomia das análises em planejamento entre cidade e meio ambiente. A carga utópica e de potencialidades deste plano está na concepção, mesmo que em virtualidade, de um espaço metropolitano democrático, diverso e inclusivo, ampliando as condições da vida cotidiana e trazendo para o centro de análise outros aspectos importantes da vida como a dimensão cultural e ambiental.

Costa (2000) afirma que, se por um lado, o discurso ambientalista tem importante papel na transformação da vida social e urbana, embutindo valores mais solidários e democráticos, de outro, tais análises de intervenção são confrontadas pelas abordagens críticas, que enfatizam a assimetria nas relações de poder e, assim, impossibilitam as transformações nas bases da sociedade capitalista.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo foi elaborado com o intuito de contribuir, em um exercício de análise, para a reflexão sobre as potencialidades e desafios que a Trama Verde Azul, enquanto instrumento de ordenamento territorial para o Macrozoneamento Urbano-Metropolitano, pode representar em busca de uma outra lógica de planejamento que atenda a complexidade da dinâmica contemporânea. Parte-se neste ensaio, em consonância aos argumentos construídos ao longo do texto sobre a complexidade do espaço urbano e do processo de metropolização, de que é necessário incorporar outras lógicas no campo do planejamento com o objetivo de superar os grandes problemas de ordem urbana, social e ambiental.

A Trama foi analisada em sua experiência em Nord-Pas-de-Calais, na França e na RMBH, no Brasil. As duas experiências revelam uma real motivação de busca por esta outra lógica de planejamento: ambas possuem a atividade minerária como elemento estruturante da lógica econômica regional. Ambas iniciativas possuem a particularidade de serem elaboradas a partir do envolvimento de universidades, com caráter participativo, em parcerias, formando grupos de trabalhos com a comunidade local.

Ambas experiências relatadas trazem no bojo um forte teor de potencialidade, virtualidade e utopia, no tocante a assumir que a dinâmica no território é muito mais complexamente articulada, socialmente instável e espacialmente contraditória.

Como potencialidade, ambas experiências aprofundaram em nível teórico/conceitual a busca por alternativas à lógica prevalecente de planejamento urbano e regional sob viés econômico, meramente, articulando a tradicional ruptura na abordagem do problema entre as questões ambientais e sociais.

Um ponto a destacar é a diversidade das cidades e seus arranjos institucionais. A literatura apresentada indica que estes são pontos frágeis para se pensar em um planejamento metropolitano, dada a complexidade socioespacial das duas regiões abordadas. Este ponto esbarra na questão da soberania do município e na proposição de interesses comum serem priorizadas e articuladas em detrimento do projeto particular. Cabe pontuar aqui a dificuldade em se transpor de forma crítica um modelo de ordenamento territorial, o qual perde alguns pontos de ineditismo em razão da readaptação do modelo à complexidade urbano-metropolitana da região brasileira, distinta da realidade francesa.

Outro ponto importante para ressaltar refere-se à complexidade em se efetivar processos participativos em conciliação com prazos e estrutura burocrática rígidos, dentro de uma nova lógica de construção de Planos e Projetos. Assim, torna-se um desafio a opção por uma construção coletiva e participativa, pois ao mesmo tempo em que se revela rica na construção de propostas, mostra sua fragilidade na definição de uma metodologia de abordagem comum no território.

Neste sentido, a Trama Verde Azul, apesar da discussão sobre a perda do ineditismo na experiência brasileira, cabe reforçar as questões apontadas como consequência de uma série de arranjos como a escala do dado de análise, a disputa entre interesses locais e regionais, a necessidade de escolhas de áreas estratégicas, entre outros.

O fato é a dificuldade da transposição de modelos de planejamento e o esforço de uma reincorporação crítica na experiência da RMBH também é evidenciado dado a complexidade da

dinâmica espacial desta região frente ao contexto francês. Os arranjos urbanos brasileiros, a densidade populacional e a realidade da lógica brasileira tornam ainda mais desafiador propor uma lógica de organização deste espaço que em si apresenta grande complexidade. Neste sentido, a Trama oferece uma proposta muito interessante no sentido de indicar uma nova lógica que pode articular o enfoque ambiental, social e urbano. O desafio é viabilizar tais práticas de planejamento, tendo em vista a lógica enviesada que se observa na organização e expansão do fenômeno urbano-metropolitano pelo país, para, mesmo assim, caminhar no sentido da construção de uma lógica de organização de sociedade consolidada no valor real da vida em igual ou maior medida que a lógica da reprodução do capital.

## 6 REFERÊNCIAS

AMARAL, Sergio Pinto. Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica nas Empresas. Como entender, medir e relatar. São Paulo: **Editora Tocalino**, 2004.

Brasil. (1973, 11 de junho). **Lei Complementar n. 14, de 8 de junho de 1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasil. (1974, 1 de julho). **Lei Complementar n. 20, de 1º de julho de 1974**. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.

COSTA, H. S. M; OLIVEIRA, A. M; ALMEIDA, D.A.O. Uma Discussão a partir do Caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: **Governança Multinível e desenvolvimento regional sustentável**. Org. CARNEIRO, J. M.B; FREY, K. 2018. Disponível em: [https://oficinamunicipal.org.br/uploads/attachments/libraryitem/34/Governan%C3%A7a\\_Multinivel\\_-\\_Miolo.pdf](https://oficinamunicipal.org.br/uploads/attachments/libraryitem/34/Governan%C3%A7a_Multinivel_-_Miolo.pdf) Acesso em: 21 jun. 2019.

EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. **A hipótese otimista: Dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FAISSOL, S. et al. Áreas de pesquisa para delimitação de áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 31, n. 4, p. 53-127, out./dez. 1969.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014 (2012).

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas\\_socioeconomicas\\_b.htm](http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm) Acesso em: 21 jun 2019.

GOMES, P. S., **A regulação urbanística e ambiental no contexto metropolitano: reflexões a partir do Vetor Norte da metrópole belo-horizontina**. Dissertação de mestrado. NPGAU/UFMG, 2013.

GOMES, C.; ANDRADE, D. J.; SANTOS, M. H. S. O que une, separa: Questão metropolitana e paradoxos da transformação socioespacial em contexto regional paulista. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, XVIII, 2019, Natal. *Anais...* Natal: ANPUR, 2019. p. 1-12. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais-sts/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 21 jun. 2019.

JACQUES, P. B. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, 2003, v. 6, n. 1.

LENCIONE, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. [S.l: s.n.], 2017.

MBM - MISSION BASSIN MINIER. Disponível em: <http://www.missionbassinminier.org/index.php?id=27> Acesso em: 21 jun 2019.



MONTE-MÓR, R. L. M. Planejamento metropolitano em Belo Horizonte: uma experiência universitária. In: RIBEIRO, Ana C.; LIMONAD, Ester; GUSMÃO, Paulo P. (Org.) **Desafios ao planejamento**. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012, p. 95-112.

SANTOS, S. **A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o urbano no Brasil**. Rev. Espaço & Debates, São Paulo, n. 6, jun./set. 1982.

[OLIVEIRA, A. M;](#) [COSTA, H. S. M.](#) **A trama verde e azul no planejamento territorial: aproximações e distanciamentos**. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. [online]. 2018, vol.20, n.3, pp.538-555.

TONUCCI FILHO, J. B. M; MONTE MÓR, R. L. M. **Avanços e desafios ao planejamento metropolitano: o caso do PDDI-RMBH**. In: XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 15, 2013, Recife. Anais..., Recife: Anpur, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Plano Metropolitano – **Macrozoneamento RMBH**. Produto 1: Marco teórico metodológico e definição das áreas temáticas afetas ao interesse metropolitano. Belo Horizonte, fev. 2014.